



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681285 - MG (2021/0225951-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ILTON DE OLIVEIRA CAMPOS
ADVOGADO : ILTON DE OLIVEIRA CAMPOS - MG059164
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MAYCON ANTONIO XAVIER DE LIMA (PRESO)
CORRÉU : FABIO JUNIO FERREIRA DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYCON ANTONIO XAVIER DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.037184-5/000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em decorrência de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pela suposta prática do delito descrito no artigo 121, §2º, inciso II e IV do Código Penal.

Alega o impetrante, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa. Argumenta que a reanálise da necessidade de manutenção da custódia cautelar não foi realizada no prazo legal. Defende que o decreto constritivo não está fundamentado em fatos concretos, cingindo-se apenas à mera transcrição dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Pondera que não foi demonstrado que a liberdade do ora paciente colocaria em risco a ordem pública, a instrução processual ou a aplicação da lei penal.

Requer a reforma da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para revogar a prisão do paciente, e subsidiariamente que a prisão preventiva seja substituída por uma medida cautelar diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Não foi possível observar, do acórdão impugnado, que a matéria referente ao excesso de prazo para a formação da culpa tenha sido apreciada. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Quanto aos fundamentos da prisão preventiva, o mencionado acórdão não conheceu a matéria, por ser reiteração de writ anterior, conforme observa-se da ementa (fl. 54):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. REITERAÇÃO DE PEDIDO. SÚMULA CRIMINAL 53 DO TJMG. NULIDADE. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO REMANESCENTE, ORDEM DENEGADA. — Não se conhece de habeas corpus que constitua mera reiteração de pedido anterior já decidido por Turma Julgadora deste Tribunal. — A realização de audiência de custódia no Estado de Minas Gerais se encontra suspensa em razão das orientações do Conselho Nacional de Justiça e deste eg. Tribunal, conforme art. 8º da Recomendação nº 62 do CNJ e art. 1º da Portaria Conjunta nº 949/PR/TJMG/2020, não havendo que se falar, portanto, em nulidade da prisão por ausência do referido ato.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou o acórdão referente ao HC n. 1.0000.20.560418-4/000.

A deficiência na instrução do writ impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão do HC n. 1.0000.20.560418-4/000.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente